

## A RECONSTRUÇÃO DO SENTIDO POR MEIO DO DISCURSO RELATADO

Luciana Soares da Silva (PUC-SP)  
lusoares29@yahoo.com.br

**RESUMO:** Temos como objetivo, neste trabalho, abordar os efeitos de sentido produzidos pelo discurso relatado no discurso jornalístico. Tal propósito é motivado pela leitura de pesquisadores da Análise do Discurso (AD), em paralelo à leitura de jornais, nos quais verificamos a polêmica suscitada pela reportagem produzida pela BBC Brasil, intitulada “Não é racismo se insurgir contra branco”, baseada em uma entrevista concedida pela ministra Matilde Ribeiro, em 27/03/2007. Sendo assim, constituímos o *corpus* com o referido texto aliado a textos produzidos nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* no dia seguinte a publicação e procedemos com a análise. Dessa maneira, percebemos que a construção da notícia, por meio da retextualização da fala da entrevistada, colocou em questionamento o mito da democracia racial no Brasil, constituinte da nossa formação discursiva, gerando debate e denunciando a subjetividade do discurso jornalístico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Análise do discurso; discurso relatado; jornal.

**ABSTRACT:** This paper seeks to approach the effects of meaning from the speech reported in the journalistic discourse. The analysis is informed by the theoretical framework of the Discourse Analysis (DA) as well as the analysis of media's coverage regarding the polemic raised by BBC Brazil's release of the interview "It is not racism if a black person becomes insurgent against white," with Minister Matilde Ribeiro, on 27/03/2007. Then, the *corpus* of this work is primarily based on the abovementioned interview and the news coverage produced by the newspapers *Folha de S. Paulo* and *O Estado de S. Paulo* in the following day. From this analysis, we suggest that the making of news by the re-textualization of interviewee's speech challenges the myth of racial democracy in Brazil; a myth constituent of our discursive formation. Indeed, we maintain that this re-contextualization generates debate and exposes the subjectivity of the journalistic discourse.

**KEYWORDS:** Discourse Analysis; reported speech; journal.

### 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Temos como objetivo, neste trabalho, abordar os efeitos de sentido produzidos por meio de estratégias linguístico-discursivas presentes no discurso jornalístico, focalizando, sobretudo, o discurso relatado e os verbos introdutórios de opinião. Tal propósito é motivado pela leitura de pesquisadores da Análise do Discurso (AD) e de próprios jornalistas acerca do discurso jornalístico, bem como pela leitura de jornais da mídia impressa, dos quais recortamos o *corpus* deste trabalho e verificamos de que maneira a notícia é construída e como ocorre sua influência na sociedade.

Sendo assim, caracterizaremos brevemente o discurso jornalístico, apresentaremos a constituição do *corpus* e procederemos com a análise.

## 2. O DISCURSO JORNALÍSTICO

Cabe ressaltar, neste primeiro momento, a relevância do discurso jornalístico no contexto social em que é produzido. Ao entendermos que o discurso é uma forma de ação sobre o outro, conforme nos apresenta Maingueneau (2002), na qual é construída a realidade, podemos focalizá-lo a fim de compreender a própria sociedade. Dessa forma, podemos, a partir de aspectos linguísticos, reconhecer a formação ideológica e sua relação com a formação discursiva constituintes do discurso.

Partindo dessa premissa, destacamos o discurso jornalístico por ele ser uma das formas predominantes de comunicação. Por meio do que é noticiado, entramos em contato com a realidade construída pelo jornal. Sublinhamos *construída*, visto que os fatos postos nos jornais provêm de um certo grupo que pré-estabelece o que é ou não notícia. Conforme Kunczik (1997, p. 237):

A seleção de notícias equivale a restringir o volume de informações, o que significa a seleção de assuntos que alguém acha que merecem ser publicadas. Os “porteiros” decidem quais acontecimentos serão divulgados e quais não serão, contribuindo assim para moldar a imagem que o receptor tem de sua sociedade e de seu mundo. Por banal que possa parecer esta última asserção, cada decisão de publicar uma determinada matéria implica também a “supressão” de outra matéria ou matérias.

Desse modo, tomamos contato com a “realidade” a partir do recorte feito pelos jornais. Abramo (2003, p. 24) expõe a relação da imprensa com a realidade tal como a de um espelho deformado com o objeto, na qual “a imagem do espelho tem algo a ver com o objeto, mas não só não é o objeto como também não é a sua imagem; é a imagem de outro objeto que não corresponde ao objeto real”. Esse fato é percebido ao analisarmos os recursos linguísticos utilizados para a veiculação das notícias, tais como a prioridade de uma notícia em detrimento de outra, a focalização a partir de certo ponto de vista, o recorte da fala e a seleção dos verbos introdutórios na formulação do discurso citado, entre outros que indiciam o julgamento do sujeito. (cf. MARCUSCHI, 2007, p. 147).

Além disso, se considerarmos que o conhecimento provém de uma interação do sujeito e objeto, conforme Abramo (2003, p. 39), não podemos esquecer que esse sujeito carrega em si uma dada concepção de mundo que influenciará sua relação com o objeto. Logo a objetividade jornalística torna-se um mito, visto que o jornalista é aquele que interagirá com o fato da realidade e o transmitirá de acordo com sua ideologia. Segundo o autor, tanto a

objetividade quanto a subjetividade não existem em absoluto, havendo sim uma gradação entre elas, sendo possível apenas uma aproximação maior ou menor da objetividade. No entanto, ressalta que nenhum texto é isento de subjetividade.

Pensar no discurso jornalístico implica retomar o conceito de notícia, uma vez que é essa a sua principal motivação. Charaudeau (2006, p. 132), ao abordar a mídia, propõe que notícia é “um conjunto de informações que se relaciona a um mesmo *espaço temático*, tendo um caráter de *novidade* proveniente de uma determinada fonte e podendo ser diversamente tratado”. O autor tem como ponto de partida o modelo de comunicação, pelo qual perpassa a fonte de informação, a instância de transmissão e o receptor. Sendo assim, um fato é considerado notícia por um certo grupo – instância de transmissão, o jornal – que é levado aos receptores – os leitores. Nesse processo, reconhecem-se as questões relacionadas à fonte, no tocante à verossimilhança, à autenticidade, à seleção da informação e à subjetividade do mediador, no caso o jornalista como sujeito do discurso. Além da relevância do receptor, o qual guia o jornal para estabelecer um efeito visado e pô-lo em paralelo com o efeito produzido nele.

Marcondes Filho (1989, p. 13), por sua vez, afirma que “notícia é a informação transformada em mercadoria”. Uma vez que o jornal se insere num sistema capitalista, a produção de notícias associadas à publicidade é uma estratégia de envolvimento do leitor para a compra do produto sugerido. Segundo o autor, “a publicidade induz o conteúdo” (op. cit.: 28). Assim, a notícia está submetida ao sistema econômico em que está inserido, no caso de nossa sociedade, ao capitalismo. Isso faz com que a notícia seja mercadoria e esteja a serviço dos interesses dos grupos dominantes. É “notícia” o que a imprensa nos diz que é notícia, assim, ficamos a mercê das seleções feitas e tomamos conhecimento da realidade por ela construída. Lage (1979, p. 48), em uma perspectiva semelhante, expõe:

O produtor de informações (P) fornece ao público (M) uma certa representação de realidade (PM); o público (M) reage sobre um sistema (S), que remunera o produtor de informações (P) através de verbas publicitárias, facilidades financeiras e fiscais, prestígio social, recursos diretos. Na sociedade industrial, a probabilidade de existir uma imprensa desligada de S, operando numa relação simples com o público (M) [...] é muito pequena e sua influência virtualmente nula.

Dessa maneira, portanto, o jornal desempenha um papel de destaque, sendo, ao mesmo tempo, *manipulador* e *manipulado*, já que, por um lado, dita a pauta das questões a serem discutidas na sociedade, caracterizando o primeiro termo, e, por outro, está a serviço de certos grupos dominantes, caracterizando o segundo. Essa constatação é motivada pelas reflexões de Charaudeau (2006, p.40) que diz:

Já o discurso está sempre voltado para outra coisa além das regras de uso da língua. Resulta da combinação das circunstâncias em que se fala ou escreve (a identidade daquele que fala e daquele a quem este se dirige, a relação de intencionalidade que os liga e as condições físicas da troca) com a maneira pela qual se fala. É, pois, a imbricação das condições extradiscursivas e das realizações intradiscursivas que produz sentido. Descrever sentido de discurso consiste, portanto, em proceder a uma correlação entre dois pólos.

Ao destacar as condições extradiscursivas e as realizações intradiscursivas, o autor releva a intrínseca relação do texto, o qual é considerado na AD como materialidade linguística do discurso, com suas condições de produção.

Tal como os outros autores citados anteriormente, Charaudeau (2006) leva-nos a refletir sobre os sujeitos envolvidos no contrato de comunicação: a instância de produção e a instância de recepção. Os sujeitos da primeira focalizam o interesse intelectual ou o emocional dos sujeitos da segunda. Essa postura caracteriza o que o autor chama de visada de informação e visada de captação. No primeiro caso, a instância de produção visa a *fazer saber*, ou seja, prioriza o alvo-intelectivo da instância de recepção levando em conta as categorias *existencial* (factualidade), *evenemencial* (processo de acontecimento) e *explicativa*. Já no segundo, a instância de produção visa a *fazer sentir*, isto é, prioriza o alvo-afetivo da instância de recepção, levando em conta os saberes de crença, caracterizados pelo maniqueísmo e julgamento estereotipados.

Embora ainda haja outras características do discurso jornalístico, limitamos-nos aqui a destacar os pontos que acreditamos serem fundamentais para a análise. A seguir, abordaremos os aspectos linguístico-discursivos objetivados neste trabalho, o discurso relatado e os verbos introdutórios de opinião, na análise da amostra recolhida. Antes, porém, apresentaremos a constituição do *corpus* e as condições de produção em que ele se encontra.

### 3. CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

Selecionamos como *corpus* textos produzidos nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* no dia 28/03/2007. Todos eles trazem como motivação a entrevista concedida à BBC Brasil pela ministra Matilde Ribeiro, titular da Secretaria Especial de Política da Promoção da Igualdade Racial (Seppir) do governo federal. Por essa razão, tomamos como ponto de partida para a análise o texto produzido pela BBC Brasil, divulgado no site da agência.

A entrevista foi realizada em 27/03/2007, em virtude da comemoração dos 200 anos da proibição do comércio de escravos pelo Império Britânico e abordava questões relacionadas ao trabalho da secretaria, bem como as relações raciais e sociais no Brasil. Num

primeiro momento, parece-nos que a construção da notícia privilegiou, por meio da recontextualização da fala da entrevistada, o enunciado “Não é racismo se insurgir contra branco”, o que gerou a polêmica retratada nos jornais dos dias seguintes sobre a discriminação racial e a possível tensão entre brancos e negros. Tal hipótese será estudada na nossa análise, a qual será realizada em paralelo com a bibliografia pesquisada. Face à importância dada pela imprensa a esse enunciado, trataremos brevemente do conceito de racismo e algumas considerações sobre as relações raciais no Brasil, pautando-nos em Guimarães (2005) e Munanga (2006).

Ambos os autores abordam *raça* como um conceito construído social e politicamente. Para eles, uma explicação biológica não dá conta de todas as implicações que esse termo suscita. De acordo com Guimarães (2005), tal conceito só faz sentido no âmbito ideológico, sendo que não corresponde a nenhuma realidade natural. Logo, o racismo se constitui pela discriminação a partir de algum pressuposto de raça. No Brasil, segundo Guimarães (op. cit.), o conceito de raça aliou-se ao de “cor”.

Desse modo, devido à história escravocrata dos negros no Brasil, a discriminação baseou-se na “cor”, ou melhor dizendo, nas características físicas e culturais desse grupo posto em inferioridade. Com o fim do regime de escravidão, motivado por interesses sociais e sobretudo econômicos, com a oposição feita a outros regimes oficialmente separatórios, como os Estados Unidos da América e a África do Sul (cf. GUIMARÃES, 2005, p. 219-220), e com a ideia de mestiçagem entre o branco europeu, o negro africano e o índio brasileiro (cf. MUNANGA, 2006), iniciou-se o pensamento de democracia racial.

O mito de democracia racial, ou seja, de uma convivência pacífica e igualitária entre todos independente de sua origem, constituiu nossa formação discursiva, mascarando, por vezes, o preconceito racial sofrido principalmente pelos negros. Munanga (2006), abordando esse ponto, critica tal situação:

O mito de democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade. Ou seja, encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria. Essas características são “expropriadas”, “dominadas” e “convertidas” em símbolos nacionais pelas elites dirigentes. (MUNANGA, 2006, p. 89)

Assim, ao ter sido posto em destaque o enunciado “Não é racismo se insurgir contra branco”, foi colocado em questionamento o ideal de democracia racial. Se já seria

inadmissível a discriminação de brancos em relação a negros, o contrário seria uma afronta à harmonia enraizada na nossa formação discursiva. Ao que nos parece, o jornal percebeu aí uma possibilidade de atrair os leitores, usando o discurso direto para destacar essa parte da entrevista e não outra a partir de um recorte que polemizaria e, principalmente, desqualificaria a entrevistada e o trabalho que ela realiza. Fato que analisamos na amostra selecionada.

A fim de organizarmos a análise, classificamos os textos que constituem o *corpus* da seguinte forma:

*Texto A:* Não é racismo se insurgir contra branco, diz ministra (BBC Brasil, 27/03/2007).

*Texto B:* Ministra acha natural racismo dos negros (O Estado de S. Paulo, 28/03/2007, capa).

*Texto C:* ‘Não é racismo quando um negro se insurge contra um branco’, diz ministra’ (O Estado de S. Paulo, Nacional, 28/03/2007, p. A4).

*Texto D:* Ministra diz que é ‘natural’ negro não gostar de branco (Folha de S. Paulo, 28/03/2007, capa).

*Texto E:* Ministra diz que racismo de negro contra branco é natural (Folha de S. Paulo, Brasil, 28/03/2007, p. A9).

#### 4. ANÁLISE

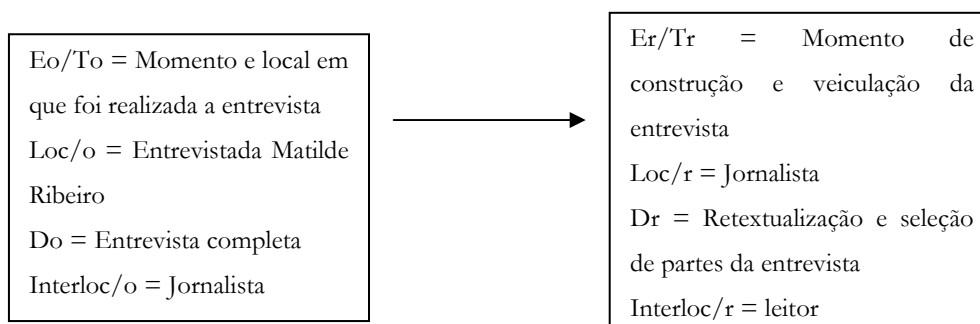
Charaudeau (2006), motivado pela abordagem dialógica da linguagem, na qual se reconhece que o discurso nasce e forma-se a partir da interação dos sujeitos, apresenta o discurso relatado como a palavra do outro presente no ato de enunciação, retomando assim o conceito de *polifonia*<sup>1</sup>, em que são reconhecidas as diferentes vozes constituintes do discurso. Para ele, o discurso relatado é caracterizado pelo encaixe de um dito em outro dito. (cf. op. cit., p. 162). Nessa mesma direção, Maingueneau (2002, p. 139) afirma que “o discurso relatado constitui uma enunciação sobre outra enunciação”. Esse fenômeno é muito usado no discurso jornalístico, uma vez que a notícia é construída a partir das informações recolhidas em diversas fontes. No *corpus* selecionado, todos os textos apresentam o discurso relatado, todavia, neste primeiro momento, focalizaremos o texto A, no qual se encontra a entrevista concedida pela ministra Matilde Ribeiro.

Antes de tudo, vale ressaltar que a entrevista ocorre em determinada enunciação, ou seja, de acordo com Charaudeau (2006, p. 161-162), a entrevista ocorre em um espaço e tempo de origem (Eo – To) onde um locutor de origem (Loc/o) profere um dito de origem (D/o) a um interlocutor de origem (Interloc/o). Quando o interlocutor de origem vai construir

---

<sup>1</sup> Conceito introduzido por Bakhtin (2003), linguista russo.

o seu texto, ele passa a ser o locutor relator (Loc/r) do dito relatado (Dr) para um interlocutor final (Interloc/r) em um novo espaço e tempo relator (Er/ Tr). Podemos, assim, traçar o seguinte quadro ilustrativo, partindo do primeiro texto da amostra:



Nesse ponto, ressaltamos que quando o dito de origem passa a compor o dito relatado, ele passa pelo jornalista, enunciador, que o constrói conforme o seu ponto de vista, destacando o que acha mais pertinente. Para constatar essa afirmação, dividimos o texto A em três partes. Na parte I, colocamos a manchete e a linha fina, na parte II, o início do texto e, na parte III, a entrevista.

*Parte I*

*Não é racismo se insurgir contra branco, diz ministra*

A ministra Matilde Ribeiro, titular da Secretaria Especial de Política da Promoção da Igualdade Racial (Seppir), diz que considera natural a discriminação dos negros contra os brancos.

Nesse primeiro recorte, destacamos a manchete da notícia, a qual exerce uma função catafórica, visto que remeterá a algo posto no corpo do texto, e, principalmente, pretende atrair os leitores. Aqui, verificamos que a manchete foi construída pela seleção de um enunciado realizado na entrevista. Entre todas as falas da entrevistada, o enunciador<sup>2</sup> do texto (jornalista) recortou aquela que exerceria maior impacto nos co-enunciadores (leitores), caracterizando o discurso direto. De acordo com Maingueneau (2002), o discurso direto procura criar autenticidade, distanciamento, seriedade e objetividade. Sendo o enunciado polêmico, já que trata do preconceito e relações raciais, o enunciador isenta-se da responsabilidade do enunciado, atribuindo-o a outro, nesse caso, à ministra. Embora haja a ausência de marcas tipográficas – como aspas ou itálico – identificamos o discurso direto por meio do verbo introdutor de opinião “diz”. O próprio Maingueneau (2002) conceitua esse tipo

<sup>2</sup> Usaremos os termos enunciador e co-enunciador tal como nos apresenta Maingueneau (2002).

de construção como *discurso direto sem aspas*, pois, provavelmente, o enunciado posto na manchete foi reformulado pelo enunciador.

Já na linha fina, encontramos a identificação da entrevistada, sujeito do discurso direto, pela função exercida no governo federal: “titular da Secretaria Especial de Política da Promoção da Igualdade Racial”. Essa informação, tal como nos diz os estudos da Análise do Discurso, transforma a entrevistada em um sujeito social de acordo com o papel que exerce de autoridade na sociedade. Tal é a pertinência desse *status* da entrevistada que na construção da manchete vemos: “diz *ministra*”. Certamente, o enunciado não seria nem ao menos destacado se tivesse sido proferido por uma dona de casa, por exemplo.

Já na Parte II, reconhecemos a retextualização da entrevista, em que são usados o discurso direto e o discurso indireto. Nesse processo, verificamos a reorganização da ordem dos assuntos abordados diferentemente da ordem das perguntas na entrevista (Parte III):

*Parte II (Retextualização)*

**1º e 2º parágrafos: relação entre negros e brancos no tocante ao racismo**

3º e 4º parágrafos: políticas públicas do governo.

5º parágrafo: legislação em relação à questão racial.

*Parte III (Entrevista)*

1ª pergunta: maior porcentagem de negros pobres do que brancos.

2ª pergunta: trabalho da Secretaria Especial de Política da Promoção da Igualdade Racial.

3ª pergunta: em quanto tempo o Brasil chegaria à igualdade racial.

4ª pergunta: o Brasil em relação à comunidade internacional em relação à discriminação.

**5ª pergunta: relação entre negros e brancos no tocante ao racismo.**

6ª pergunta: legislação em relação à questão racial.

Podemos verificar, nesses quadros, que a relação entre negros e brancos no tocante ao racismo, na entrevista, encontra-se na 5ª pergunta, já na retextualização, ganha prioridade, ocupando os dois primeiros parágrafos, além da manchete e linha fina. Para nós, esse tema foi destacado por questionar a democracia racial existente no Brasil, ideia fortemente presente na formação discursiva brasileira como dissemos.

Assim, na parte II, é empregado o discurso relatado. O primeiro uso apresenta-se, de acordo com Maingueneau (2002) como uma forma híbrida, visto que traz o discurso direto, marcado pelas aspas, mas sendo introduzido pelo verbo introdutor de opinião *disse* mais *que*. Conforme o autor, o enunciador, ao optar por essa forma, procura manter-se afastado daquele que fala, mas, ao mesmo tempo, procura reconstruir o ponto de vista daquele que fala:



Em entrevista à BBC Brasil para lembrar os 200 anos da proibição do comércio de escravos pelo Império Britânico, tido como o ponto de partida para o fim da escravidão em todo o mundo, ela **disse que "não é racismo quando um negro se insurge contra um branco"**.

Os demais discursos relatados usados na parte II são alternados em discurso direto e discurso indireto, sendo recortados e ordenados, como dissemos, de acordo com o ponto de vista do enunciador (jornalista).

Em relação aos verbos introdutores de opinião, encontramos no texto A a recorrência do verbo *dizer* por cinco vezes, ao passo que o verbo *afirmar* teve duas ocorrências. De acordo com Marcuschi (2007), o verbo *dizer* aparece como um “coringa”, pois pode exercer qualquer função e, além disso, expressar uma maior neutralidade do enunciador, uma vez que não apresenta claramente um julgamento tal como seria se fosse usado, por exemplo, o verbo *declarar*. Já o verbo *afirmar* é caracterizado pelo autor como verbo indicador de posições e afirmações positivas. Tendo em vista que é feita referência à entrevistada pelo o papel social que exerce, o de ministra, a *afirmação* feita por ela traz em si a autoridade oficial que ela representa:

Não é racismo se insurgir contra branco, **diz** ministra  
*A ministra Matilde Ribeiro, titular da Secretaria Especial de Política da Promoção da Igualdade Racial (Seppir), diz que considera natural a discriminação dos negros contra os brancos.*  
Em entrevista à BBC Brasil para lembrar os 200 anos da proibição do comércio de escravos pelo Império Britânico, tido como o ponto de partida para o fim da escravidão em todo o mundo, ela **disse** que "não é racismo quando um negro se insurge contra um branco".  
"A reação de um negro de não querer conviver com um branco, eu acho uma reação natural. Quem foi açoitado a vida inteira não tem obrigação de gostar de quem o açoitou", **afirmou**.  
Ribeiro **disse** que ainda vai demorar até que as políticas públicas implantadas nos últimos anos comecem a dar resultados concretos e diminuam a diferença econômica e social entre as populações branca e negra do país.  
"Ainda temos muito o que fazer", **afirma**, enumerando ações que já começaram, como na área de educação e saúde.  
Ela **diz** que, embora a abolição da escravatura tenha chegado atrasada ao Brasil, hoje o país tem uma das legislações mais avançadas do mundo em relação a direitos iguais, mas ainda falta uma mudança de postura da sociedade.

Diante desses elementos analisados, focalizaremos neste momento o discurso direto posto na manchete e priorizado no texto, colocando em paralelo o enunciado da entrevista com o recorte feito.

**Entrevista**

*BBC Brasil* - E no Brasil tem racismo também de negro contra branco, como nos Estados Unidos?

*Matilde Ribeiro* - Eu acho natural que tenha. Mas não é na mesma dimensão que nos Estados Unidos. **Não é racismo quando um negro se insurge contra um branco.** Racismo é quando uma maioria econômica, política ou numérica coíbe ou veta direitos de outros. A reação de um negro de não querer conviver com um branco, ou não gostar de um branco, eu acho uma reação natural, embora eu não esteja incitando isso. Não acho que seja uma coisa boa. Mas é natural que aconteça, porque quem foi açoitado a vida inteira não tem obrigação de gostar de quem o açoitou.

**Manchete**

**Não é racismo se insurgir contra branco, diz ministra**

No processo de construção do texto jornalístico, de acordo com Charaudeau (2006), o primeiro passo a ser seguido é o de recolhimento das informações. As fontes de informação, assim, são a base da constituição da notícia, podendo ser constituídas pelo próprio acontecimento ou por um organismo especializado. Frente a isso, o jornalista desempenha o papel de *pesquisador-fornecedor* da informação ou o de *descriptor-comentador*. Ao que nos parece, nesse recorte do *corpus*, quando o jornalista realiza a entrevista, ele exerce o primeiro papel, o de pesquisador-fornecedor, uma vez que recolhe a informação no local, tornando-se testemunha. Quando o jornalista recorta o enunciado, construindo o discurso relatado, ele passa a exercer o papel de descriptor-comentador, é o que ocorre na manchete, na linha fina e na primeira parte do texto A.

Comparando os dois trechos, notamos que, na entrevista, a frase “Não é racismo quando um negro se insurge contra um branco” encontra-se no contexto da pergunta que compara o racismo de negros em relação a brancos nos Estados Unidos com a possibilidade da existência desse conflito no Brasil. Além disso, em seguida a frase, a entrevistada define o que considera racismo (“Racismo é quando uma maioria econômica, política ou numérica coíbe ou veta direitos de outros”) e apresenta a reação do negro em relação ao branco, como uma relação de causa-conseqüência (“A reação de um negro de não querer conviver com um branco, ou não gostar de um branco, eu acho uma reação natural, embora eu não esteja incitando isso. Não acho que seja uma coisa boa. Mas é natural que aconteça, porque quem foi açoitado a vida inteira não tem obrigação de gostar de quem o açoitou”).

Já na manchete, há uma adaptação do trecho recortado, por meio da elipse de alguns termos (“Não é racismo **quando um negro** se insurgir contra **um** branco”) e alteração na conjugação do verbo (“insurge” para “insurgir”). Embora seja omitida a palavra *negro*, ao ler

a manchete, inferimos que se trata da relação entre brancos e negros, graças à história de escravidão vivida em nossa sociedade. A omissão da palavra *um*, por sua vez, faz com que a afirmação se torne ainda mais genérica. Ao contrário do primeiro trecho, a frase na manchete aparece sem o contexto da fala, fazendo com que a reação do negro em relação ao branco apresente-se como uma ação isolada, sem nenhuma motivação.

Essa abordagem foi a responsável pela polêmica sobre a discriminação racial e a possível tensão entre brancos e negros. Sendo assim, apresentaremos alguns textos que trataram da questão no dia seguinte à entrevista.

**Texto B**

**Ministra acha natural racismo dos negros**  
Declaração polêmica foi feita à BBC

A ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Política da Promoção da Igualdade Racial (Seppir), disse que "não é racismo quando um negro se insurge contra um branco". A declaração, feita à BBC Brasil, provocou reações de crítica e apoio dentro e fora do governo. "Como negro, não alcanço o sentido de tão estranha declaração", reagiu Percílio de Sousa Lima Neto, vice-presidente do Conselho de Defesa dos Direitos da

**FRASE**  
**Matilde Ribeiro**  
Ministra  
"Quem foi açoitado a vida inteira não tem obrigação de gostar de quem o açoitou"

Pessoa Humana. Em nota divulgada depois, a ministra sustentou que, no decorrer da entrevista, não incitou condutas racistas. ● PÁG. A4

(O Estado de S. Paulo, 28/03/2007, capa).

Gostaríamos de destacar, no texto B, o verbo *achar* na manchete e a nominalização do verbo *declarar* (= declaração) na linha fina. Segundo Marcuschi (2007), o primeiro verbo indica provisoriedade do argumento, porém, ao atentarmos ao segundo, a ideia expressa na manchete ganha maior destaque. Assim, uma opinião que poderia ser provisória ganha o *status* de declaração de uma autoridade, visto que o sujeito do enunciado é *ministra*. Tal construção caracteriza uma interpretação implícita do enunciador (jornalista) pela seleção dos verbos, bem como pela adjetivação da declaração como *polêmica*.

O texto C é a matéria referida pelo texto B, do qual destacaremos, principalmente, a manchete e a linha fina. O *Estado* dedicou uma página inteira, no caderno *Nacional*, abordando a entrevista da ministra.

**Texto C**

A4 QUARTA-FEIRA, 28 DE MARÇO DE 2007  
ESTADO DE SÃO PAULO

**NACIONAL**

**Lula vai criar Secretaria dos Portos por MP**  
Temos ideia que seja combatida pelo PSB, terá orçamento de R\$ 400 milhões e MGLAT

POLEMICA

**‘Não é racismo quando um negro se insurge contra um branco’, diz ministra**

Declaração da titular da Secretaria da Igualdade Racial provoca polêmica no governo e nos meios acadêmicos

(O Estado de S. Paulo, 28/03/2007, p. A4).

Aqui, ao contrário do texto anterior, é usado o discurso direto na manchete. Assim, ao invés do enunciador do texto incorporar a outra voz, ele a põe em destaque, buscando o distanciamento da afirmação feita. A linha fina, por sua vez, coloca a “declaração” como causa da “polêmica”, estabelecendo assim uma relação de causa–conseqüência, também numa direção oposta ao texto da capa (texto B), o qual, como dissemos, qualifica a declaração como polêmica.

Na mesma página, destacamos o uso do discurso direto em dois subtítulos, os quais apresentam a opinião de duas autoridades: a de um sociólogo da USP e a de um deputado federal:

ENTREVISTA

Demétrio Magnoli, sociólogo da USP

**‘É uma incitação ao ódio racial’**

ENTREVISTA

Carlos Santana (PT-RJ), deputado federal

**‘Negro brasileiro se sente oprimido’**

(O Estado de S. Paulo, 28/03/2007, p. A4).

Nesses recortes, verificamos que o jornal procura abordar os dois lados da notícia, sendo a primeira a favor e a segunda contra, caracterizando a imparcialidade prometida pelo discurso jornalístico. No entanto, ao lado foi posta uma coluna que apresentava “as reações indignadas” recolhidas no fórum de discussões do site do *Estadão*:

## No Portal do Estadão, reações indignadas

Em fórum de discussões, não houve  
ninguém que apoiasse ministra

(O Estado de S. Paulo, 28/03/2007, p. A4).

Pelo visto, o jornal expressa sua opinião implicitamente, usando a voz dos co-enunciadores (leitores) para apresentar sua própria voz de enunciador, responsável pelo enunciado. Se acaso o enunciador fizesse parte de um grupo favorável à fala da ministra, não seria publicada essa repercussão. Passemos, então, para o próximo texto analisado.

### Texto D

## Ministra diz que é ‘natural’ negro não gostar de branco

A ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Política da Promoção da Igualdade Racial, afirmou em entrevista à BBC Brasil considerar que é “natural” que os negros brasileiros não gostem de brancos.

“Não é racismo quando um negro se insurge contra um branco. A reação de não querer conviver com um branco ou não gostar de um branco eu acho natural”, declarou, ressaltando que não incitava essa conduta.

“Mas é natural que aconteça, porque quem foi açoitado a vida inteira não tem obrigação de gostar de quem o açoitou”, disse. À noite, Matilde afirmou que “talvez tenha sido infeliz na formulação [das frases]”. Pág. A9

(Folha de S. Paulo, 28/03/2007, capa).

No texto D, encontramos, de acordo com Maingueneau (2002), uma forma híbrida, composta pelo discurso indireto e um fragmento do discurso citado (‘*natural*’), denominado pelo autor como *ilha textual*. Nesse caso, o discurso relatado só é percebido pela marcação tipográfica, uma vez que concorda sintaticamente com o restante do enunciado. Todavia, o recurso é usado mais uma vez para o enunciador não se responsabilizar pelo o que foi dito.

Nesse recorte, ainda, cabe ressaltar os verbos introdutórios usados: *afirmou*, *declarou*, *disse*. Assim como no texto B, o texto D apresenta a interpretação implícita do enunciador. Bem como a denominação da *ministra*, que revela a autoridade da responsável pelo enunciado.

Tratemos agora do último recorte, o texto E, privilegiando, novamente, a manchete e a linha fina.

**Texto E**

QUARTA-FEIRA, 28 DE MARÇO DE 2007 brasil A9

## Ministra diz que racismo de negro contra branco é natural

Matilde Ribeiro ressalva, porém, que não concorda com esse tipo de comportamento

(Folha de S. Paulo, Brasil, 28/03/2007, p. A9).

Nesse último texto, encontramos o discurso indireto na manchete, na qual a voz da entrevistada é incorporada pelo enunciador, ou, usando uma terminologia de Charaudeau (2006), o locutor relator incorpora o dito do locutor de origem, apresentando a interpretação do enunciado feito pela ministra. O que chama a atenção, no entanto, é a linha fina, na qual encontramos o verbo *ressalvar* e a conjunção adversativa *porém*. Tal construção, ao contrário de todos os textos analisados anteriormente, apresenta que o “racismo de negro contra branco” é uma constatação da ministra e não uma apologia a esse comportamento como pareceu nas amostras recolhidas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho, cabem algumas considerações sobre o estudo aqui realizado.

Em primeiro lugar, verificamos que o discurso relatado, bem como os verbos introdutórios de opinião, influencia na construção do sentido, denunciando a subjetividade do discurso jornalístico. Na medida em que se focaliza determinado recorte do enunciado, o enunciador torna-se um filtro da informação, destacando um assunto conforme a pertinência deste aos interesses aos quais está submetido.

Em segundo lugar, percebemos, na análise feita, que, no uso do discurso relatado, o enunciado é tirado de uma certa enunciação e posto em outra, o que provoca novos efeitos de sentido. Enquanto na entrevista a fala da ministra Matilde Ribeiro estava contextualizada, ao passar para o nível do relato, o contexto foi perdido e o sentido construído apenas pelo recorte destacado na manchete.

Em terceiro lugar, o enunciado da ministra gerou polêmica por “pôr em xeque” o mito da democracia racial no Brasil constituinte da nossa formação discursiva. Isso pode ser relacionado ao que Charaudeau (2006) conceitua como *fazer saber* e *fazer sentir*. Embora o texto A estivesse no âmbito do *fazer saber*, ou seja, de informar, ele se aproxima do fazer sentir, já que afeta os valores morais de harmonia e igualdade entre as pessoas independente da origem racial.

Por fim, gostaríamos de ressaltar que o discurso jornalístico possui inúmeras estratégias para sua constituição, por isso suscita tantas pesquisas. No entanto, o discurso relatado exerce uma função fundamental para sua credibilidade, uma vez que é uma tentativa de seriedade e de isenção de opinião. Tal ideia, contudo, como vimos, não é verdadeira.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 4 ed. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CHARAUDEAU, P. *O Discurso das Mídias*. Tradução Ângela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

GUIMARÃES, A. S. A. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2005.

KUNCZIC, M. *Conceitos de Jornalismo: norte e sul*. Tradução Rafael Varela Jr.. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Com-Arte), 1997.

LAGE, N. *Ideologia e técnica da notícia*. Petrópolis: Vozes, 1979.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. Tradução Cecília P. de Souza-e-Silva, Decio Rocha. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCONDES FILHO, C. *O capital da notícia (jornalismo como produção social da segunda natureza)*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

MARCUSCHI, L. A. *A ação dos verbos introdutórios de opinião*. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Fenômenos da Linguagem: reflexões semânticas e discursivas*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 146-168.

MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Puccinelli Orlandi [et al.] .3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.